

*Cativeiro
&
Liberdade*

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UERJ

IVO BIASIO BARBIERI
REITOR

JOÃO REGAZZI GERK
VICE-REITOR

SANDRA SÁ CARNEIRO
DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)

CATIVEIRO E LIBERDADE

Seminário do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro

UERJ
1989

© Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-UERJ), 1989
© Da Edição em Língua Portuguesa UERJ

Coordenação Editorial
Francisco Inácio Bastos e Gustavo Meyer

Capa
Jayme Carneiro da Silva

Revisão:
Antonio Garcia, Francisco Inácio Bastos e Cláudia Medeiros

Produção Editorial
Departamento Cultural da UERJ

Produção Gráfica
Livrarias Taurus-Timbre Editores

Esta Publicação contou com o apoio da FAPERJ
(Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio
de Janeiro)

Catálogo na Fonte
Biblioteca Central da UERJ

Cativeiro e Liberdade/Organizadores, Jaime da Silva, Patrícia Birman e Regina Wanderley. — Rio de Janeiro: UERJ, 1989. 268 pp.; 21 cm.

1. Escravidão no Brasil. 2. Relações raciais — Brasil. I. Silva, Jaime da, ed. II. Birman, Patrícia, ed. III. Wanderley, Regina, ed.

CDD 326.0981
CDU 326(81) (=96)
C 364

SUMÁRIO

Apresentação

I. Questão Racial

- As Ciências Sociais no Brasil e a Questão Racial — *Giralda Seyferth* 11
- O Que se Cala Quando se Fala do Negro no Brasil — *Yvonne Maggie e Kátia Sento Sé Mello* 32
- O Negro no Discurso Psiquiátrico — *Joel Birman* 44

II. Trabalho

- Terra e Política no Rio de Janeiro na Época da Abolição — *Francisco Carlos Teixeira da Silva* 61
- Os Deserdados da Abolição — *Lucia Paschoal Guimarães e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira* 84
- O Estranho e o Estrangeiro — *Hebe Maria Mattos de Castro* 90
- Os 'Sem Terra' e os Minifundistas em Face à Crise do Trabalho Escravo (1850-1888) — *Márcia Maria Menendes Motta* 107
- Trabalho e Liberdade no Brasil: Ensaio sobre a Questão das Permanências — *Lená Medeiros de Menezes* 119

III. África/Brasil

A Querela de "Fenícios" e "Helenos" (Considerações sobre a Cooperação Técnica entre o Brasil e a África — *Arno Vogel*,

Ayrton Fausto, José Flávio Pessoa de Barros, Marco Antonio da Silva Mello e Maria Clara Pecorelli 131

Apontamentos sobre as Relações entre o Tráfico Atlântico de Escravos e a Demografia dos Cativos no Brasil (O Caso da Província do Rio de Janeiro, 1790-1830) — *Manolo Garcia Florentino* 145

Nossa Fronteira Leste: Uma Perspectiva Histórica — *Williams da Silva Gonçalves* 180

IV. Negritude

Construção da Negritude: Notas Preliminares — *Patrícia Birman* 191

O Código do Corpo: Inscrições e Marcas dos Orixás — *José Flávio Pessoa de Barros e Maia Leão Teireira* 199

O Elemento Negro na Literatura Latino-Americana — *Eliane Ugury* 228

Religiões Negras no Brasil — *Helena Theodoro* 235

V. Resistência

Vida e Morte da Capoeira no Rio de Janeiro — *Luiz Sérgio Dias* 247

Música Popular, Repressão e Resistência Negra — Uma Cronologia — *Ney Lopes* 250

Abolicionismo — Ideologias em Debate num Ceará Precursor — *Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros* 262

A P R E S E N T A Ç Ã O

Em novembro de 1988 o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, promoveu o seminário "Cativo e Liberdade" que teve como tema central a questão racial no Brasil, debatida ao longo de todo o ano passado por ocasião das comemorações do centenário da Abolição.

As questões relativas ao negro no Brasil, ao trabalho, aos mecanismos sociais da discriminação e das lutas pela liberdade foram trabalhadas mediante enfoques diversos, que revelam tradições diferenciadas de disciplinas acadêmicas que usualmente se ocupam dessas temáticas. Profissionais de História, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Literatura, Psicanálise e outros integraram mesas-redondas num diálogo que nos pareceu interessante e profícuo.

Esta publicação visa deixar registrado alguns momentos destes debates, com o intuito, obviamente, de contribuir para discussões futuras. Neste sentido, incluímos no presente volume todos os textos que nos foram apresentados, em tempo hábil, pelos participantes. Infelizmente não pudemos recompor a integralidade dos debates, o que teria sido, fora de dúvida, a melhor solução.

Contamos para realizar este Seminário com o patrocínio da FAPERJ que viabilizou esta publicação. O Programa do Centenário da Abolição, do Ministério da Cultura, associou-se a este patrocínio.

Agradecemos o empenho da Universidade, manifesto pela Reitoria, Sub-Reitoria para Assuntos Comunitários, Centro de Produção da UERJ, Centro de Tecnologia Educacional e Direção do IFCH. É também preciso registrar que coube ao corpo de professores e alunos dos cursos de História, Ciências Sociais e Filosofia a iniciativa de organizar estas atividades de extensão.

COMISSÃO ORGANIZADORA
Jaime da Silva
Patrícia Birman
Regina Wanderley

A QUERELA DE "FENÍCIOS" E "HELENOS"
(Considerações sobre a Cooperação Técnica entre o
Brasil e a África*)

Arno Vogel¹, Ayrton Fausto²,
José Flávio Pessoa de Barros³, Marco Antonio
da Silva Mello⁴, Maria Clara Pecorelli⁵

I. Uma questão de interesse, ou o problema da vontade política

Uma consideração adequada das relações de CTPD (Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento) Brasil-África quanto aos obstáculos e fatores favoráveis, deve, necessariamente, partir da questão do interesse. Em que medida podemos dizer que, tanto o Brasil, quanto os países africanos estão interessados em promover a cooperação técnica?

Com relação a esse problema, a primeira coisa a ser levada em conta é a existência de um *interesse de princípio*. A crescente importância dos países em desenvolvimento em arenas cada vez mais amplas, no contexto internacional, acrescida dos sucessivos insuces-

* Esta intervenção se baseia num estudo sobre a cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD), com referência ao caso específico das relações Brasil-África, realizado para a UNESCO pelo Programa FLACSO-Brasil, do qual os autores são membros.

Queremos agradecer a todos que nos proporcionaram o acesso às informações necessárias sem as quais esse estudo não teria sido possível; em particular os pesquisadores do Centro de Estudos Afro-Asiáticos/CEAA (Rio), do Centro de Estudos Africanos/CEA (São Paulo) e do Centro de Estudos Afro-Orientais/CEAO (Bahia). Gostaríamos, ainda, de manifestar nosso reconhecimento especial ao Prof.º José Maria Nunes Pereira, à Dr.ª Juana Elbein dos Santos, ao Dr. Pierre Verger, e a Antônio Olinto e Zora Seljan.

1. Professor dos Departamentos de Antropologia, e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF).
2. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Brasília (UNB)
3. Professor dos Departamentos de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ e UERJ).
4. Professor dos Departamentos de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense (UFRJ e UFF).
5. Pesquisadora da FLACSO.

sos verificados no âmbito do diálogo Norte-Sul, conduziram as nações do Terceiro Mundo a uma percepção mais aguda da possibilidade de uma mudança nas estruturas e articulações do sistema mundial. Com ela surgiu a oportunidade de uma renegociação das posições dos países menos desenvolvidos, a nível internacional. Nesse processo de *renegociação da dependência*, as relações Sul-Sul tendem a assumir um peso cada vez maior.

O fomento da cooperação técnica internacional passa a desempenhar, neste caso, um papel de destaque. Constitui mesmo, sob a forma de CTPD, o instrumento básico para a viabilização do realinhamento desejado.

O segundo ponto essencial para a compreensão do problema é a constatação de que não pode haver, em última análise, uma cooperação desinteressada. Por esse motivo é necessário levantar a *questão do interesse específico*. Em outras palavras: estará o Brasil interessado na África? E, ainda, estaria a África interessada no Brasil?

Da resposta a essas perguntas depende a possibilidade de se avaliar a existência, ou não, da necessária vontade política. Esta, no entanto, não excluídas as simpatias resultantes de uma eventual proximidade de culturas e semelhança de condições, depende da identificação clara dos interesses, leia-se das vantagens que a cooperação poderá trazer para o interesse nacional, por parte de cada um dos parceiros da CTPD.

Para o Brasil a África representa, antes de mais nada, alternativas de expansão para o seu mercado exterior. Duas motivações são, nesse sentido, básicas. O acréscimo do potencial de exportação é fundamental para o equilíbrio do balanço de pagamentos. Este, por sua vez, é decisivo para a própria situação financeira do país, pois dele dependem os recursos para fazer face aos compromissos da dívida externa.

A segunda motivação se prende à necessidade de diversificar as fontes de aprovisionamento capazes de garantir a continuidade do projeto de crescimento da economia nacional. Petróleo e matérias-primas estratégicas são requisitos essenciais desse crescimento. Ambas as coisas são disponíveis, em profusão, no continente africano.

A crise do petróleo, a partir de 1973, contribuiu, tanto na África, quanto no Brasil, para desencadear um processo de crescente conscientização da assimetria existente nas relações de cooperação do clássico modelo Norte-Sul. Essa conscientização proporcionou as primeiras formulações de uma vontade política explícita de enfren-

tar as barreiras ao desenvolvimento através da utilização de uma nova estratégia:

— desde 1975, como evidencia a participação brasileira na 20ª Sessão do Conselho de Administração do PNUD, o Brasil não estava mais disposto a “continuar a ocupar um papel passivo ou, ainda, apenas o papel de país beneficiário. Temos vontade de partilhar nessas experiências e nossas capacidades. Dentro desse espírito, todos os países em vias de desenvolvimento deveriam, com a ajuda financeira inicial do PNUD através do particular apoio de seus escritórios no exterior, tornar-se, ao mesmo tempo, doadores e beneficiários.”

A concretização da vontade política, entretanto, não pode ocorrer sem a elaboração de uma infraestrutura institucional adequada (agências, centros de informação e pesquisa, dispositivos de qualificação de pessoal, etc.), sob pena de inviabilizar um processo continuado e bem sucedido de cooperação e desenvolvimento.

2. Situação e condições da cooperação Brasil-África: problemas e perspectivas

2.1 — Aproximação entre o Brasil e África.

Em 1985, o Brasil tinha, na África, vinte e um (21) embaixadores residentes (Angola, Argélia, África do Sul, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Líbia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Quênia, Senegal, Tanzânia, Tunísia, Zaire, Zâmbia e Zimbábue). Estas vinte e uma embaixadas cobrem quarenta e cinco (45) dos cinquenta e dois (52) países africanos.

Além desses dados, por si só expressivos, poderiam ser invocados outros. O número de chefes de Estado que visitaram o Brasil. Somente durante o Governo Figueiredo, estiveram, em nosso país, seis chefes de Estado africanos. As missões e delegações de alto nível foram igualmente numerosas. Mais de cinquenta grandes empresas brasileiras operam, atualmente, na África, envolvidas na realização de grandes obras de engenharia, bem como na área de prestação de serviços. Os cooperantes brasileiros, na África, e os estudantes africanos, no Brasil, contam-se por centenas.

Essas cifras sustentam a constatação de que o Brasil é um dos países com maior presença no continente africano, gozando, além do mais, de um conceito bastante favorável, em virtude das notórias afinidades culturais que facilitam os seus contatos com a realidade africana.

Tudo isso não parece, no entanto, satisfatório aos olhos atentos dos especialistas no assunto. Para a maioria deles, a atuação brasileira deixa muito a desejar. Está mesmo em flagrante contraste com as pretensões e possibilidades do país. Quais seriam os motivos desse descompasso?

2.2 — Obstáculos e dificuldades da CTPD Brasil-África.

A falta de informação e a falta de coordenação tem sido, identificados, pelos especialistas consultados, como sendo os fatores determinantes do baixo perfil e do limitado entendimento que tem caracterizado o desempenho brasileiro, em matéria de CTPD.

Há um nítido contraste entre intenções e realizações. Estas últimas parecem, apesar de tudo, insuficientes. As propostas que surgiram no bojo da aproximação Brasil-África, a partir da Missão Gibson Barbosa (1972), foram mais ambiciosas do que precisas, gerando expectativas e frustrações. Por essa razão, talvez, se costume dizer que houve uma predominância da retórica sobre a pragmática. *Hic Rhodus, hic salta* — a confirmação da vontade política proclamada só pode ser obtida através da prática efetiva da CTPD.

O caráter incompleto e incipiente da estrutura institucional, necessária para gerir um programa integrado de cooperação, é a expressão das dificuldades que resultam da perpetuação ao nível das relações comerciais, do modelo Norte-Sul. Em virtude dela, tende-se, ainda, a privilegiar a troca de matérias-primas africanas por manufaturados brasileiros.

No início dos anos 60, começou a ser desenvolvido um projeto político de aproximação com a África. Este projeto foi retomado, após um período de eclipse das relações afro-brasileiras, no decorrer da década de 70. O impulso decisivo para esta retomada foi dado pelas exportações, e, logo depois pela crescente demanda africana de serviços e tecnologia.

Ao mesmo tempo, surpreende o perfil um tanto desfavorável da evolução e das ações de CTPD no mesmo período. De modo sin-

tético, estas se caracterizaram pelo não-planejamento, pela não-contratação, e pelo *desequilíbrio entre propostas e realizações*.

Este tipo de perfil parece apontar para uma carência na área institucional. Além de nos ressentirmos da falta de tradição de cooperação técnica, não conseguimos desenvolver, com a necessária agilidade, os instrumentos indispensáveis para uma ação eficaz de CTPD. Em parte isto se deve à insuficiente determinação política. Crucial, no entanto, é a inexistência de fundos, pois não conseguimos solucionar a contento a difícil tarefa de carreamento de recursos. Crucial é também (ou foi até agora) a falta de uma instância com atribuições claras na coordenação e no direcionamento das atividades de cooperação técnica entre o Brasil e outros países, em desenvolvimento.

Recentemente, o Itamaraty promoveu a criação da ABC — Agência Brasileira de Cooperação. Tal medida buscava atender a necessidade premente de adequar a estrutura institucional do Ministério das Relações Exteriores à crescente demanda de intercâmbio no âmbito do processo de desenvolvimento das nações do Terceiro Mundo.

Assim mesmo as circunstâncias institucionais ainda parecem estar longe do ideal, no entender dos experts em CTPD. Segundo alguns deles, a simples criação dessa nova estrutura não basta para solucionar as dificuldades apontadas. Neste sentido, o que estaria faltando seria a formulação precisa de um *modelo de cooperação técnica*. Para se chegar a este seria necessário, antes de tudo, realizar estudos cuidadosos de alguns modelos de gestão da CTPD aplicados por outros países. Em determinando momento, chegou-se, mesmo, a propor três casos de análise: (a) a França, que tem obtido um relativo êxito na prestação de cooperação técnica aos países menos avançados, graças, não só à eficácia do seu desempenho, mas também à aceitação africana que lhe confere ampla legitimidade. Para esse êxito contribuíram fatores como o excelente conhecimento das realidades dos países africanos; a habilidade na utilização e no relacionamento dos diversos canais de informação sobre o continente africano; a importância conferida aos fatores de ordem sócio-cultural nas relações internacionais; o *know-how* adquirido sobre os processos de decisão e as segmentações políticas, etc.; (b) Portugal, que conta em seu favor o passado de potência colonial em África e que surge, para o Brasil, como um competidor nas relações de CTPD, numa área de interesse estratégico comum, que é a dos paí-

ses africanos de língua portuguesa. Embora as reclamações, de parte a parte, tenham sido constantes, o que leva Portugal a esforços reiterados de adaptação, a CTPD tem sofrido um significativo aumento no seu volume, pois, para os países lusófonos, apesar de tudo, Portugal tem se revelado uma das melhores alternativas de cooperação: (c) finalmente, um terceiro caso seria daqueles para os quais não haveria justificativa de não olhar — a Índia. Com efeito, trata-se de um país que se ressent, em grau ainda mais elevado, das mesmas dificuldades que afligem o Brasil. Ao mesmo tempo, apresenta, como o nosso país, identidades substanciais com o continente africano, pois, cerca de um milhão de indianos, de segunda e terceira geração, vivem na África Oriental. Como o Brasil, também a Índia não conta com uma estrutura institucional muito sofisticada no campo da cooperação. Sua atuação real, no entanto, é surpreendentemente ampla. Sobretudo no que se refere a um tipo específico de demanda colocada pelos países africanos à CTPD — a constituição de *joint-ventures*, das quais há pelo menos meia centena em execução atualmente.

Infelizmente, a idéia desses estudos não prosperou. A importância do que se poderia aprender com eles, porém, continua a recomendar a sua realização. Através deles o Brasil poderia ter uma visão mais diversificada das experiências de CTPD, reunindo um elenco de informações preciosas para uma definição mais nítida e detalhada dos seus propósitos relativos à CTPD, instrumento imprescindível para a gestão e coordenação dos seus esforços nesta área.

A crítica mais radical tem acusado o Brasil de imprimir à sua política de CTPD um aspecto de incursão. Sua característica mais marcante seria a de *ir-fazer-voltar*. Uma visão mais prudente (e menos pessimista) tenderia a ver nisso um considerável exagero. É possível que assim seja. Apesar disso, no entanto, o exagero admite uma leitura positiva. Bastaria compreendê-lo como a expressão do desejo de ver uma política de CTPD com objetivos nítidos, vinculados a um projeto nacional a longo termo, e dotada dos instrumentos de gestão capazes de assegurar-lhe eficácia, continuidade e credibilidade junto aos parceiros.

Esse tipo de cooperação, que alguns tem chamado de *cooperação genuína*, entretanto, dependerá sempre, de um mínimo de compromisso com o projeto nacional do país cooperado.

Neste sentido um obstáculo para o qual se tem prestado pouca atenção é o da *identificação precoce*. Muitos cooperantes buscam, na

situação de CTPD, uma aventurosa oportunidade para a realização dos sonhos impossíveis acalentados para a realidade nacional da qual vieram. Por esse motivo, querem implementar seus projetos ideais lá onde as condições lhes parecem mais favoráveis do que no seu país de origem.

A conseqüência desse devotamento, de certo modo perverso, é que cada um tem o *seu* projeto para a sociedade com a qual decidiu cooperar. O que a maioria não consegue é divisar com clareza são o(s) projeto(s) nativos, não conseguindo, por isso mesmo, identificar-se com nenhum deles.

Assim, torna-se cada vez mais comum encontrar esses “voluntários”, perambulando, de ministério em ministério, à procura de quem queira engajar-se na *communitas* universalista da qual se julgam os arautos. Este é um mal que não tem cor nem bandeira. A única terapêutica para ele reside na possibilidade de o cooperado ser compreendido como sujeito político concreto da cooperação.

Este grau de compromisso pode ser alcançado, apenas, mediante o abandono resolutivo de posturas paternalistas e um concomitante aperfeiçoamento dos canais de comunicação. Neste sentido, impossível subestimar o papel estratégico da cooperação cultural, pois somente ela pode lançar mão dos *recursos inesgotáveis* dos laços sócio-históricos de afinidade entre a África e o Brasil.

As relações históricas do Brasil com o continente africano são antigas. Já duram há quase quatro séculos, tendo estabelecido nexos de natureza comercial e cultural com regiões que formam, hoje, alguns dos países-chave da África Ocidental e Austral.

Apesar das eventuais interrupções que sofreu o intercâmbio comercial, os laços culturais se mantiveram, a tal ponto que se pode dizer que não há, atualmente, fora do continente africano, nenhum país cujas afinidades culturais com a África sejam maiores do que as nossas.

A propósito, deve-se assinalar que o Brasil é, depois da Nigéria, o país de maior contingente populacional negro, a nível mundial.

Essa afinidade está sendo crescentemente reconhecida, fato para o qual tem contribuído a internacionalização cada vez mais ampla do Brasil, impulsionada pelas vicissitudes do seu processo de desenvolvimento, de um lado, e de outro, pela própria expressividade do contexto africano na política mundial.

O reconhecimento das nossas afinidades africanas trouxe consigo efeitos importantes de parte a parte. Para as culturas do continente

africano, relacionadas historicamente com o Brasil, a recente aproximação conosco veio revelar aspectos um tanto esquecidos do seu passado pré-colonial, em particular no campo dos sistemas cosmológicos e rituais. As implicações dessas descobertas para a recuperação de saberes naturalísticos, processos tradicionais de cura, expressões de natureza artística (ritmos, danças, padrões plásticos), formas da cultura do cotidiano (culinária, técnicas corporais, jogos e brinquedos), expressões de natureza linguística (maneiras de falar, linguagens arcaicas, formas de polidez) entre tantos outros aspectos, são consideráveis. No Brasil, a África se redescobre de forma caleidoscópica.

Ao mesmo tempo, do lado brasileiro, pouco a pouco, vai surgindo uma consciência mais aguda da participação da cultura africana no processo original de elaboração da cultura popular, e, também, nas expressões eruditas da música, da literatura e das artes plásticas. Além disso, vamos descobrindo as similitudes que nos foram impostas pelo passado comum da colonização portuguesa, fator nada desprezível para um processo de identificação positiva com a África, especialmente com os países lusófonos.

O reconhecimento de todos esses fatores de afinidade levou, num passado não muito distante, a equívocos na formulação política e ideológica das relações do Brasil com a África. No primeiro caso, está o desafortunado alinhamento com a política colonial portuguesa, no âmbito do que ficou conhecido, na década de 50, como a Comunidade Luso-Brasileira. No segundo, vamos encontrar a ideologia do luso-tropicalismo, que serviu de moldura para uma série de mitos brasileiros a respeito das relações raciais em nosso país. Ressaltando as virtudes do colonizador, demos crédito ao mito do senhor bondoso (e, portanto, da relativa leniência da escravidão brasileira), do qual deriva, em linha direta, a *ideologia da democracia racial*. Este foi de tal modo incorporada à imagem do Brasil que passou a fazer parte das crenças, tanto da própria sociedade brasileira, quanto dos estereótipos africanos sobre esta. Este tornou-se mesmo um dos maiores obstáculos à tomada de consciência e à elaboração do preconceito racial no Brasil.

Tal dificuldade, por sua vez, transformou o problema das relações com a África num assunto de extrema delicadeza, provocando, de nossa parte, insistentes tentativas de denegação do preconceito, e, de parte dos africanos, inúmeras oportunidades de estranhamento e choque, no contato com a sociedade brasileira.

Apesar dos graves problemas envolvidos, não há como contornar a existência de uma virtualidade positiva na ficção da democracia racial. Com efeito, se esta foi encampada pelo senso comum cultural de nossa sociedade, isto significa, na pior das hipóteses, que ela constitui um argumento a ser invocado contra as manifestações abertas e agressivas do preconceito, entre nós. Graças à adesão explícita da sociedade brasileira a este mito, torna-se possível transformá-lo num contencioso para todos e quaisquer dispositivos discriminatórios, explícitos e/ou implícitos, baseados na cor. Com base nele, foi mesmo possível desenvolver instrumentos jurídicos (a Lei Afonso Arinos, p. ex.) destinados a coibir as formas, mais ou menos sutis, que o preconceito racial assumiu em nossa sociedade. Por isso, apesar de todos os pesares, o Brasil surge aos olhos dos africanos, e até mesmo daqueles que sabem da existência do preconceito por experiência própria, como um contexto muito mais atrativo do que as sociedades que são explicitamente segregacionistas, ainda que com base em pressupostos democráticos (*equal but separate*), como é o caso dos Estados Unidos.

Seja como for, as afinidades culturais entre o Brasil e os países africanos devem ser consideradas como sendo um *recurso principal*. Por recurso principal deve entender-se aquele que se caracteriza pela associação de baixo custo e altas taxas de benefício. No caso brasileiro, a afinidade de cultura com a África assume o aspecto de um verdadeiro recurso natural. Isto porque não exige qualquer investimento prévio para sua produção. Esta ocorre de forma espontânea e contínua. Trata-se, além disso, de um recurso virtualmente inesgotável, básico portanto para a consideração das prioridades da CTPD entre os nossos países.

Com efeito, o nosso estilo de civilização apresenta importantes pontos de convergência com o da civilização africana. As possibilidades de aproximação e entendimento são, por isso, incomparavelmente maiores do que aquelas dadas à civilização de países, como a Suécia, o Canadá, a França, a Inglaterra, a Alemanha, a União Soviética, os Estados Unidos e os países do Leste europeu, para citar alguns dos nossos maiores concorrentes na área de cooperação técnica internacional. Somente Cuba teria, neste sentido, as mesmas facilidades que o Brasil mas numa escala muito mais reduzida de possibilidades de atuação, em virtude das suas limitações científico-tecnológicas, sobretudo.

Dentro desse quadro, deve ser, mais uma vez, destacada a enorme disparidade entre esse recurso principal e o uso limitado que temos podido fazer dele, por causa de nossa falta de informação sistematizada sobre o continente africano.

O investimento na cooperação cultural contribuirá, não só para a identificação de capacidades e competências complementares, mas também para a avaliação de similitudes e diferenças. Dessa forma será possível *detectar expectativas reais*, para além das representações ingênuas de uma África mítica e de um Brasil estereotipado.

As considerações estreitas das perspectivas de retorno imediato não devem interditar o reconhecimento da importância desse tipo de investimento, que além de dar visibilidade ao interesse mútuo, pode-se constituir, a médio e longo prazo num instrumento poderoso de identificação das prioridades e projetos comuns.

2.3. — *Potencial de expansão e consolidação: os fatores favoráveis à CTPD.*

As afinidades de natureza histórica e cultural são, no consenso dos especialistas, o maior patrimônio do Brasil para uma frutífera cooperação com os países africanos. O que falta, neste sentido, além da identificação precisa dos pontos de convergência mútua, é um manejo mais eficiente desse tipo de conhecimento.

As afinidades do Brasil com os países africanos ultrapassam, no entanto, a dimensão histórico-cultural. A *proximidade geográfica* não é um fator desprezível, nas relações brasileiras com o continente africano. A importância do Atlântico Sul, dentro desse contexto, é muito grande, pois, além de via de transporte privilegiada, esta área apresenta os menores índices de militarização internacional. Por isso é, também, uma das áreas de menor índice de conflitos, a nível mundial. Através dela, podem desenvolver-se, sem maiores entraves, os contatos do Brasil com a África Austral, cada vez mais importante para a estratégia brasileira de atuação no continente africano.

Considerando que a proximidade geográfica é acrescida, ainda, das facilidades de comunicação proporcionadas por uma *língua comum*, com pelo menos cinco (5) países africanos (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé & Príncipe), ficam potenciados os demais fatores de convergência, entre eles a

experiência comum do jugo colonial, a luta comum contra o subdesenvolvimento (o anseio da modernidade), e a necessidade de uma tecnologia intermediária adequada aos trópicos.

Nossas possibilidades de cooperação técnica com os países africanos são extraordinárias, exatamente em virtude do elenco comum de problemas e dificuldades que partilhamos.

Esses problemas são derivados de um esforço análogo para alcançar certos padrões de modernidade nos quais consiste, em última análise, a condição de país desenvolvido. Todos eles estão relacionados com a rápida transformação das estruturas tradicionais e com a necessidade premente de erradicação da pobreza crítica.

A busca de fontes de energia, capazes de sustentar o processo de industrialização; a carência de habitações para as camadas populares; a instalação de equipamentos urbanos básicos, tais como serviços de água e esgoto, transporte, iluminação, hospitais, postos de atendimento médico; a necessidade de uma rede de abastecimento eficiente; o investimento na infraestrutura de transportes e comunicações (rádio, televisão, telefonia); a montagem de um sistema educacional; a racionalização e mecanização da produção agrícola; instrumentos de acesso ao crédito rural; investimento básico na área de ciência e tecnologia tudo isso são requisitos do progresso à cuja conquista o Brasil já se lançou há mais tempo do que os países africanos.

A similitude de problemas, no entanto, favorece a similitude de soluções, em particular quando existem consideráveis afinidades de cultura e meio-ambiente, como no caso da África com o Brasil. Dessa forma as possibilidades de transferência e adaptação rápida de tecnologias se torna muito mais fácil, graças a uma redução drástica da margem de erro.

Os recursos tecnológicos de que o Brasil dispõe e que são passíveis de aplicação na África, da engenharia mais sofisticada aos processos de educação popular, foram experimentados e elaborados na sociedade brasileira, para atender a condições muito semelhantes. Se esta experiência prévia beneficia os africanos, podemos dizer, em contrapartida, que tudo que conseguimos aprender na África, poderá ser também aproveitado no Brasil, com fortes possibilidades de sucesso.

Para compreender o alcance deste fator, basta lembrar que as nossas capacidades não são elaboradas e testadas, exclusivamente, para a cooperação, como acontece no caso dos países do Norte.

Não projetamos soluções habitacionais para a população de baixa renda em gabinetes de Estocolmo ou de Roma, para depois aplicá-las em países do Terceiro Mundo. Projetamos para nós mesmos transformando o nosso próprio contexto social numa espécie de laboratório das alternativas propostas.

As implicações disto são evidentes: não partilhamos apenas as soluções técnicas, mas também a experiência social capaz de ajuizar as qualidades destas.

Um segundo fator de grande importância, na ordem das similitudes, reside num certo estilo de organização e compreensão do universo do trabalho.

Uma certa flexibilidade nos padrões de controle e exigência; o gosto pelas soluções alternativas; imprecisão na divisão e no encaideamento de tarefas e atribuições; a pertinência dos fatores afetivos, nas relações de trabalho — são características que, aos olhos de um técnico de Primeiro Mundo configuram os defeitos da “desorganização”, “displicência”, “indisciplina”, “irracionalidade” e “falta de profissionalismo”.

Todos eles admitem, no entanto, uma versão positiva, podendo ser ressaltados como: “criatividade”, “calor humano”, “companheirismo”, “versatilidade” e “descontração”. Trata-se, portanto, de um modo de operação peculiar, vinculado à necessidade de um estilo de gestão não menos peculiar. Esse estilo não é necessariamente inferior, sendo capaz de apresentar uma surpreendente eficácia no manejo de contextos multivariados.

Finalmente, é preciso considerar, além dos aspectos favoráveis, as armadilhas das falsas similitudes. Nem sempre contextos que parecem semelhantes o são na realidade. Equivocar-se, neste sentido, pode ter implicações sérias. A distinção entre as verdadeiras e as falsas similitudes, no entanto, requer um mínimo de compreensão dos contextos culturais em que se está operando o que, por sua vez, exige investimentos na área de informação e treinamento de pessoal.

Seja como for o largo aprendizado brasileiro com modelos de desenvolvimento é bastante adequado como efeito de demonstração para evitar erros análogos no contexto africano.

Talvez o Brasil não possa saber indicar, com precisão a melhor maneira de fazer; pode, no entanto, indicar dezenas de maneiras de não fazer.

O projeto de desenvolvimento que o Brasil pôs em prática, nas últimas décadas, proporcionou, aos técnicos e empresários, um exaustivo catálogo de equívocos, e de seus correspondentes efeitos.

Por esse motivo se pode dizer da experiência brasileira que graças a ela, dispomos do melhor manual de como não devem ser feitas determinadas coisas.

Na pedagogia do erro pode constatar-se uma grande virtude. Esta se evidencia quando levamos em conta que os problemas africanos não resultam, em sua totalidade, das mazelas do neocolonialismo. Muitos deles se prendem às tentativas de implementar modelos políticos de administração do desenvolvimento cuja inadequação e elevado custo social já foram comprovados no caso latino-americano e, em particular, no caso do Brasil.

Todas essas condições, devidamente valorizadas, permitiriam, ao Brasil, abandonar o que alguns têm chamado de “*aspecto fenício*” da cooperação permitindo-lhe desenvolver um dos mais eficientes programas de CTPD, no âmbito das relações Sul-Sul. De resto, a própria existência dos fatores favoráveis enunciados e comentados neste documento, comprova a existência ainda não plenamente desenvolvida, do que seria uma cooperação de caráter “*helenístico*”, isto é, cultural, científica, técnica e tecnológica, na formulação do Dr. Anito Steinbach do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

3. “Fenícios” contra “helenos”?

Da compatibilidade entre o comércio e a cooperação

Para não concluir com uma nota maniqueísta, convém relatar uma narrativa, recolhida, na África, por um dos maiores estudiosos das relações afro-brasileiras, o Dr. Pierre Verger:

Dois homens se encontraram em uma estrada. Um deles carregava uma cesta e lhe foi perguntado pelo outro:

— “Para onde vai?”

Ao que respondeu o primeiro:

— “Vou ao mercado vender os frutos colhidos na minha casa”, mostrando-os ao interlocutor.

Este imediatamente elogiou a mercadoria e perguntou quanto custava cada fruto.

- “Só tenho 10 e custam 30 moedas cada um”.
- “Pois então ofereço-lhe 290 moedas por todos”.
- “Para vender todos meu preço é 390 moedas”.
- “Há um engano, 10 frutos não custam isso!”
- “É verdade, mas se lhe vender todos, vou ter que me privar da conversa com as pessoas e de rever os meus amigos...” (Recolhido no mercado de Cotonou, Benin, em 1960, por Pierre Verger.)

Essa história exemplar propõe aos críticos e analistas da CTPD Brasil-África uma redobrada cautela, para evitar a estreita concepção das relações comerciais como operações de troca sem qualquer outra implicação além das suas eventuais vantagens mercantis.

O problema não é dedicar-se ao comércio, mas praticar um comércio desvinculado das demais dimensões significativas da vida social. Invocando o exemplo dos grandes povos comerciantes da Grécia, de Veneza e Florença, da Holanda e da Inglaterra o Prof. A. N. Whitehead observava, a propósito da fundação da Harvard Business School, que “o comércio e a imaginação prosperam juntos”.

APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS E A DEMOGRAFIA DOS CATIVOS NO BRASIL: O Caso da Província do Rio de Janeiro, 1790-1830

*Manolo Garcia Florentino **

“Memoria de cucaracha de archivo, trescientos millones de años más vieja que el homo sapiens... Memoria del loro, de la vaca, del burro. No la memoria-sentido, memoria-juicio dueña de una robusta imaginación capaz de engendrar los acontecimientos. El hombre de buena memoria no recuerda nada porque no olvida nada.”

Augusto Roa Bastos, *Yo el Supremo*

I. Introdução

Por mais de três séculos o tráfico atlântico de escravos constitui-se no principal meio de reprodução física dos plantéis de cativos no Brasil. Através dele, cerca de quatro milhões de africanos desembarcaram em portos coloniais. Por causa, talvez, dessa posição estratégica — do tráfico dependia a própria reprodução da relação social hegemônica — a natureza do comércio de homens suscita interpretações radicalmente distintas no âmbito da historiografia contemporânea.

Alega-se, por exemplo, que por estar determinado pela lógica do Antigo Sistema Colonial mercantilista, ao tráfico caberia desempenhar, sobretudo, o papel de mecanismo de acumulação de capitais para a metrópole. Neste sentido ele teria sido a *causa causans* da escravidão colonial, antecedendo e presidindo sua instauração e funcionamento no Brasil:

“...a acumulação gerada no comércio de africanos fluía para a metrópole [e era realizada por] mercadores metropolitanos engajados no abastecimento dessa ‘mercadoria’. Esse

* Professor do Dpto. de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).